

O ACESSO A POLÍTICAS SOCIAIS E O DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADES APÓS SEREM ATINGIDAS POR UM EMPREENDIMENTO HIDRELÉTRICO: O Caso da Usina Hidrelétrica do Funil.

JÉSSICA CRISTINE DA SILVA RODRIGUES
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)
jessicacristine20@hotmail.com

PATRÍCIA APARECIDA FERREIRA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)
patty82@yahoo.com.br

MARINA APARECIDA LIMA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)
marinalima23@ymail.com

ANDREINA DEL CARMEN CAMERO DE LIMA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)
andreinalima@yahoo.com.br

FLÁVIA CAROLINE ALVES DE PAULA
flavinhaalvess@live.com

O ACESSO A POLÍTICAS SOCIAIS E O DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADES APÓS SEREM ATINGIDAS POR UM EMPREENDIMENTO HIDRELÉTRICO: O Caso da Usina Hidrelétrica do Funil.

1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas, como importantes instrumentos para compensar os danos causados pela construção de um empreendimento hidrelétrico em um dado território, são meios indispensáveis para o desenvolvimento de comunidades atingidas (PASTORINI, 2006). Esse desenvolvimento deve contemplar ações tanto do Estado como do grupo empreendedor e que reconheçam as dimensões culturais, sociais, políticas e ambientais de um território atingido.

O discurso envolvido na construção dos empreendimentos tem sido pautado no desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico e progresso, não incluindo, muitas vezes, em seus cálculos, os impactos sociais e ambientais causados.

Rotta e Reis (2007) reconhecem a importância de se pensar em um conceito de desenvolvimento que vai além do aspecto econômico, sendo essencial tratar o papel das políticas sociais na dinâmica de desenvolvimento das sociedades, abandonando a falsa divisão entre gastos “produtivos” ou “econômicos” e gastos “sociais”, entendendo que estes últimos são primordiais para a própria atividade econômica e para o alcance do desenvolvimento econômico.

Diante disso, espera-se que o Estado e os empreendedores adotem iniciativas que valorizem o saber local e os recursos existentes nas regiões atingidas, no sentido de promover um desenvolvimento sustentável por meio da participação social. Isso é possível por meio da adoção de ações pautadas na abordagem de desenvolvimento local e com medidas voltadas para o bem estar coletivo, através de uma interação dialógica envolvendo o poder público, a comunidade, o mercado e o terceiro setor, de forma que atenda às necessidades da população atingida (PERONI, 2009).

A construção de um grande empreendimento, como uma usina hidrelétrica, acarreta transformações de diferentes naturezas em um dado território, que serão avaliadas pelo Estado por meio de instrumentos como os Estudos de Impactos Ambientais (EIAs) e os Relatórios de Impactos ao Meio Ambiente (RIMAS) (BRASIL, 2016). Esses instrumentos devem prever medidas para minimizar os impactos, as quais podem colaborar ou prover o acesso dos atingidos a algumas políticas sociais.

Vale destacar que está na constituição brasileira o dever do Estado como promotor de serviços que garantam os direitos sociais básicos aos cidadãos, como a educação e a saúde. A oferta de serviços sociais é dever do Estado, no entanto, em face do grande impacto causado às comunidades, os empreendedores hidrelétricos podem adotar medidas compensatórias que promovam ou ampliem o acesso às políticas sociais, assumindo como uma “obrigação” via estratégia de responsabilidade legal e social, com ações voltadas para os princípios da Responsabilidade Social Empresarial (RSE). Cabe ressaltar que apenas o acesso a esses serviços, promovido pelo grupo empreendedor, não pode ser visto como as únicas medidas compensatórias, pois essas ações podem justificar a ausência de práticas voltadas aos demais impactos econômicos, sociais, culturais e ambientais causados nos territórios, nos meios e modos de vida dos atingidos.

Considerando as responsabilidades que atores como o Estado e um grupo empreendedor de uma usina hidrelétrica devem assumir, em relação à transformação de um dado território atingido pela construção de uma barragem, torna-se relevante identificar as

principais mudanças no acesso às políticas sociais pelas comunidades atingidas pela Usina Hidrelétrica do Funil (UHE Funil), que está situada entre as cidades de Lavras e Perdões, no Sul de Minas Gerais, buscando verificar se as mudanças causadas pelo empreendimento contribuíram com o desenvolvimento de tais comunidades.

O trabalho está estruturado em quatro partes, além da introdução: a primeira apresenta o referencial teórico, composto por uma discussão sobre políticas sociais e desenvolvimento, bem como o conceito de atingidos por barragens. A segunda parte apresenta os procedimentos metodológicos, enquanto a terceira discorre sobre os resultados encontrados. Por fim são apresentadas as considerações finais.

1.1 Problema de Pesquisa

O problema da pesquisa funda-se na seguinte questão: Como a construção da UHE Funil modificou o acesso das comunidades atingidas as políticas sociais? E de que modo essas mudanças contribuem para o desenvolvimento de tais comunidades?

1.2 Objetivos

Identificar as principais mudanças no acesso às políticas sociais pelas comunidades atingidas pela UHE Funil e verificar se tais mudanças contribuíram para o desenvolvimento dessas comunidades.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Políticas sociais e Desenvolvimento

Para conceituar políticas sociais, Hofling (2001) descreve que estas são ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas para a relocação dos benefícios sociais e com o objetivo de minimizar as desigualdades estruturais causadas pelo desenvolvimento socioeconômico. São representadas pelo conjunto de políticas que englobam a saúde, a educação, a previdência, a habitação, o saneamento, entre outras.

Alinhada com a visão de Hofling (2001), Imamoto (2002) descreve que as políticas sociais têm como propósito o atendimento redistributivo dos recursos sociais, por meio de serviços sociais e assistenciais, como uma forma de acrescentar os salários das populações carentes. Assim, são -fornecidos também aos usuários os serviços sociais de direito como a saúde, educação, política salarial, trabalho, habitação, lazer e outros serviços.

Figueiredo (1997) acredita que a política social é frequentemente caracterizada como um conjunto de ações ou programas governamentais destinados a corrigir as falhas do *laissez-faire*, no sentido de centrar esforços para modificar o jogo das forças de mercado pelo menos em três direções: garantia e manutenção da renda, possibilitando aos indivíduos e às suas famílias uma renda mínima; segurança em relação a riscos, garantindo serviços como seguro desemprego e aposentadoria por velhice ou invalidez, de forma a evitar crises individuais ou familiares, causadas por doenças, velhice ou desocupação e, assegurando serviços sociais a todos os cidadãos. As políticas sociais exercem diferentes papéis no desenvolvimento de uma sociedade, desempenhando funções sociais, econômicas e políticas (PASTORINI, 2006). Com relação à função social, essas políticas têm como propósito o atendimento redistributivo dos recursos sociais, por meio de serviços sociais e assistenciais.

A função econômica refere-se à atividade do Estado em transferir bens e recursos aos mais carentes, por meio de pagamentos de impostos feitos pela população, que são repassados em forma de prestação de serviços como saúde, educação e assistência social. Essas ações funcionam como uma transferência de renda, onde o Estado arrecada de empresas para repassarem às pessoas com maior necessidade financeira. Assim, as políticas públicas estão

destinadas a atender questões específicas da política social, procurando resolver as desigualdades que existem na sociedade (PASTORINI, 2006).

A função política das políticas sociais está relacionada ao contexto de lutas entre diferentes classes sociais, não podendo ser enxergada como simples favores das classes dominantes para os dominados, e nem como conquista das reivindicações populares. A política social vem das lutas da sociedade civil com o objetivo de obter legitimidade e controle social (PASTORINI, 2006).

De acordo com Rotta e Reis (2007) é imprescindível tratar o papel das políticas sociais na dinâmica de desenvolvimento das sociedades, abandonando a falsa divisão entre gastos “produtivos” ou “econômicos” e gastos “sociais”, entendendo que estes últimos são primordiais para a própria atividade econômica e para o alcance do desenvolvimento econômico, que é muito importante para qualquer sociedade.

“Para haver sustentabilidade, é preciso uma visão das necessidades e do bem-estar humano que incorpora variáveis não econômicas como educação, saúde, saneamento, habitação, água, ar puro e a proteção das belezas naturais. É preciso mudar a qualidade do crescimento, fundando-o em aspectos mais sólidos de distribuição de renda e de superação das vulnerabilidades sociais”. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991).

De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas de 2010, a desigualdade de renda no Brasil é uma das mais elevadas do mundo. Diante disso, a ONU traçou os objetivos do Milênio, sendo eles: eliminar a fome, fornecer educação básica para todos, oferecer serviços de saúde, qualidade e igualdade para as pessoas. Para se alcançar esses objetivos é preciso realizar políticas públicas eficazes, capazes de atender as necessidades da população, através de um envolvimento de todos no processo de desenvolvimento dos países, garantindo uma sociedade justa e equilibrada. Entretanto, o grande desafio para a elaboração e implantação de políticas públicas eficazes é o fato de não se conhecer a verdadeira realidade das populações (SPANGER, 2011).

Com a dificuldade em se conhecer essa realidade e medir os níveis de desenvolvimento dos países com base apenas no Produto Interno Bruto (PIB) e na renda per capita, surgem novos indicadores de desenvolvimento instituídos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Um importante índice criado através de estudos de economistas como Mahbud ul Haq, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), passa a medir o desenvolvimento através de um indicador para a longevidade da população, ou seja, analisa o modo como as pessoas vivem, como se alimentam e cuidam de sua saúde. Em síntese, trata de três fatores primordiais: a expectativa de vida, o nível de escolaridade e a renda nacional bruta per capita. A partir de então, foi possível firmar um espaço importante para as políticas sociais nas discussões sobre desenvolvimento (ROTTA; REIS, 2007).

(...) só pode haver desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem para maximizar as capacidades humanas, que trata do conjunto do que as pessoas podem ser ou fazer na vida. “E são quatro as mais elementares: ter uma vida longa e saudável, ser instruído, ter acesso aos recursos necessários a um nível de vida digno e ser capaz de participar da vida da comunidade” (VEIGA, 2005, p. 85).

Com a implantação de indicadores como o IDH, as discussões a respeito das políticas sociais passam então a ganhar um novo espaço dentro da agenda política brasileira. Os temas relacionados com a saúde, a educação, a habitação, a assistência e a qualidade de vida da população como um todo, passaram a receber outro tratamento nos estudos e conferências a respeito do desenvolvimento.

As mudanças advindas da reestruturação do capitalismo e da crise do socialismo real demonstraram a importância do local, do regional e do global na reflexão sobre o desenvolvimento, desafiando as teorias anteriores e exigindo novos estudos para compreender a atual realidade (IANNI, 1995). Assim, começa a surgir um novo paradigma de

desenvolvimento, voltado para a sociedade civil, indo além do Estado e do mercado, com maior atenção para as localidades e comunidades mais pobres. Desenvolvimento esse pautado no ser humano e na sustentabilidade através da inclusão social, equitativa, participativa e promovida de “baixo” e de “dentro” da sociedade civil (VELTMEYER, 2008).

Existem várias territorialidades que precisam se articular de maneira inteligente, e nessa diversidade o território local surge como um grande potencial que não está sendo utilizado, na medida em que possibilita políticas diversificadas que são capazes de se adaptarem a diferentes situações e uma articulação dos atores locais, com o objetivo de promover processos decisórios mais participativos e democráticos, além da maior produtividade sistêmica do território (DOWBOR; POCHMANN, 2010).

Dowbor e Pochmann (2010) destacam a importância das políticas sociais como núcleos centrais de atividades no território local. Saúde, educação, cultura, segurança – que há poucas décadas eram vistas como secundárias no universo das atividades produtivas, hoje são de fundamental importância para a vida das pessoas. Com o crescimento das áreas sociais, surge fortemente a necessidade de organizações da sociedade civil que demonstrem a grande capacidade de racionalização da gestão local, ao evidenciarem as reais necessidades das comunidades. Os autores ressaltam que ao observar o crescimento das organizações da sociedade civil, é possível constatar que estão em geral centradas na área das políticas sociais.

“É findo o tempo de governo, empresas e cidadãos dispersos. Surgem novas parcerias, e as políticas sociais passam a constituir articuladoras de formas mais participativas de gestão. Um par de tênis pode-se importar da China; no entanto, as políticas sociais são eminentemente locais” (DOWBOR e POCHMANN, 2010, p. 7).

As políticas sociais podem converter-se em mecanismos impulsionadores de processos de desenvolvimento, na medida em que potencializam os arranjos produtivos locais pela habilidade produtiva das pessoas, pelo aumento das oportunidades de negócios, investimentos e espaços de trabalho, pela ampliação das capacidades criativas dos agentes, pela melhoria das condições de vida da população e pela criação de um ambiente favorável de crescimento econômico voltado para a equidade social (ROTA *et al.*, 2006).

Para Alves (2016), o desenvolvimento social está diretamente relacionado com o desenvolvimento local. As experiências resultantes de projetos de intervenção e a grande produção teórica desenvolvida a partir dessas experiências mostram que o desenvolvimento social surge ligado às dinâmicas geradas no âmbito de projetos de desenvolvimento local. As formas de intervenção têm por objetivo conscientizar e mobilizar atores para minimizar e eliminar os vários tipos de problemas sociais, que tendem a caracterizar determinados territórios e populações, contribuindo para seu desenvolvimento, de forma integrada, sustentável e equilibrada.

Assim, orienta-se esse trabalho pela concepção de Alves (2016), com base em um modelo de desenvolvimento local como um processo de construção coletiva e de participação social, buscando identificar de que forma o acesso às políticas sociais colabora para o desenvolvimento de comunidades atingidas por barragens.

2.3 Atingidos por barragens

A construção de usinas hidrelétricas é permeada por um contexto complexo, que envolve os interesses de vários atores. Silva (2007) destaca que os interesses dos atores envolvidos na construção de barragens, na maioria das vezes, se encontram em dois pontos opostos: de um lado estão os empreendedores em busca de lucro e o governo pregando o discurso do desenvolvimento; e, do outro, as comunidades atingidas e os movimentos que se posicionam contra tais empreendimentos, como o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens).

A World Commission on Dams (Comissão Mundial em Barragens, 2000) leva em conta que o objetivo de qualquer projeto de barragem deve ser a melhoria sustentável do bem-estar humano, ou seja, um avanço significativo do desenvolvimento humano, com bases economicamente viáveis, socialmente equitativo e ambientalmente sustentável. Entretanto, nem sempre esses princípios são seguidos, e apesar das colocações a favor da construção de usinas hidrelétricas, não se pode negar a outra face dessa questão. Piacenti et al. (2003) destacam que a construção de uma usina hidrelétrica gera vários impactos, que podem atingir regiões além daquelas em que estão situados os reservatórios.

De acordo com Vainer (2008) há uma diversidade de definições do conceito de atingidos, que em suma, trata-se de uma categoria social em disputa, que varia no tempo e no espaço, conforme cada contexto envolvido nos casos específicos. Assim, o autor apresenta três diferentes conceitos de atingidos: territorial-patrimonialista, hídrica e mudança social.

Segundo a concepção territorial-patrimonialista, o atingido é o dono da terra alagada; já pela a concepção hídrica, o atingido é o inundado pela barragem, abrangendo além do proprietário, o posseiro, o meeiro, etc. No entanto, ambas as concepções legitimam o atingido como o alvo de indenização, prevalecendo nessas concepções o direito de desapropriação por utilidade pública exercido pelo empreendedor.

Por fim, a concepção denominada de mudança social considera o empreendimento hidrelétrico como deflagrador de mudança social, interferindo sob várias dimensões e escalas - espaciais e temporais - sob um dado território. Além das alterações citadas acima, esse processo de mudança gera novas dinâmicas sócio-econômicas, novos grupos sociais emergem na região de implantação, bem como, novos interesses e problemas se manifestam. Trata-se, portanto, de uma abordagem que permite superar as concepções que têm como núcleo o direito do empreendedor (territorial-patrimonialista e hídrica), e não os direitos das populações afetadas, uma vez que compreende a natureza econômica, política, cultural e ambiental do processo social deflagrado pelo empreendimento (VAINER, 2008).

Esta concepção de mudança social, conforme ressalta Vainer (2008), tem sido adotada como a noção de atingido por organizações multilaterais, como o Banco Mundial, que classifica os atingidos como aqueles que são afetados por um conjunto de processos econômicos e sociais deflagrados pelo empreendimento e que possam vir a ter efeitos perversos sobre a vida das populações.

3. METODOLOGIA

Esse estudo se fundamenta em uma pesquisa mais ampla que contemplou os fatores favoráveis e limitantes ao desenvolvimento das comunidades atingidas pela UHE Funil com a finalidade de utilizá-los como proposições para a formulação de políticas públicas que defendam os interesses das populações atingidas por barragens. Esta pesquisa foi financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A pesquisa pode ser caracterizada como de natureza qualitativa e descritiva. Para atender ao objetivo proposto, foram realizadas entrevistas não estruturadas com os diversos atores envolvidos com a UHE Funil como os moradores das três comunidades atingidas; os representantes do CAHEF; o poder executivo e legislativo dos municípios que abrigam a comunidade; membros de entidades representativas, como rádio comunitária, associações de moradores, movimentos sociais e outras associações criadas para a reativação econômica.

Os roteiros das entrevistas se fundamentaram nos roteiros utilizados na pesquisa de Alencar *et al.* (2005), adaptando-se às especificidades do estudo. Buscou-se identificar a percepção desses atores em relação aos fatores favoráveis e limitantes ao desenvolvimento das comunidades após serem atingidas, buscando relacionar as potencialidades desses fatores bem como o modo como eles poderiam ser utilizados para responder os objetivos da pesquisa.

Para selecionar os entrevistados, foi utilizada a dimensão temporal como critério, ou seja, foram selecionados atores envolvidos com a UHE Funil ou que foram atingidos pelo empreendimento. Posteriormente, pautou-se como critério de seleção a conveniência e/ou acessibilidade - interesse e disponibilidade do suposto participante em colaborar com a pesquisa. Foi utilizado também o método bola de neve, solicitando aos entrevistados a indicação de atores que poderiam participar da pesquisa. O princípio da saturação foi usado como parâmetro para delimitar o número de participantes, ou seja, o número de entrevistados foi limitado quando as informações se tornaram saturadas e os pesquisadores julgaram que já não obteriam resultados diferentes nas entrevistas (ALLEN CAR, 1999).

O quadro 1 representa o número de entrevistas realizadas por categorias

QUADRO 1 Categoria de atores sociais e número de entrevistados por categoria

Categoria de atores sociais	Número de entrevistados
Representantes do CAHEF	4
Atingidos de Macaia	13
Atingidos de Pedra Negra	8
Atingidos da Ponte do Funil	11
Membros de entidades representativas	13
Representantes dos Poderes Executivo e Legislativo	8
Total	57

As entrevistas foram gravadas e transcritas. A análise de dados iniciou-se com a categorização dos fatores favoráveis e limitantes, orientada pela sistemática da codificação da *grounded theory* exposta e detalhada no modelo processual de políticas públicas (FERREIRA; ALLEN CAR; PEREIRA, 2011). Assim, com base na *grounded theory*, o estudo dos dados seguiu as seguintes etapas: interação com os dados, codificação aberta, codificação axial e codificação seletiva.

Realizou-se a leitura de todas as entrevistas transcritas para interagir com os dados. Em seguida, para realizar a codificação aberta, construiu-se para cada entrevistado um quadro de análise, no qual os trechos das entrevistas foram copiados e colados quando se referia ao fator favorável ou limitante. Nessa etapa da categorização, os dados transcritos foram examinados cuidadosamente para extrair todas as informações possíveis.

Logo, realizou-se a codificação seletiva que se estruturou através da confecção dos quadros gerais de análise por grupos, sendo eles: atingidos de Macaia, atingidos de Pedra Negra, atingidos da Ponte do Funil, representantes do CAHEF, membros de entidades representativas, representantes do poder executivo e legislativo dos municípios que abrigam as comunidades atingidas. Na formação desses quadros, agruparam-se todos os trechos relacionados ao acesso às políticas sociais.

Por fim, buscou-se compreender como se deu o acesso às políticas sociais e as potencialidades de desenvolvimento que esse acesso trouxe para as comunidades atingidas, com o intuito de atender ao objetivo proposto neste artigo.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Antes de discutir o objetivo proposto neste artigo, torna-se necessário contextualizar o território em que foi construída a UHF no início dos anos 2000. De acordo com dados da

Aliança e Energia – Usina de Funil (2016), em 1964, por meio do Decreto no. 54.705, houve a concessão para exploração da UHE Funil, localizada entre os municípios de Lavras e Perdões, com seu reservatório atingindo uma área inundada de 38 km², a qual foi outorgada a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig).

Em 1º de setembro de 2000, foi concedida a Licença de Instalação (LI) para o empreendimento e emitida a Ordem de Serviço ao Consórcio Construtor para início da Mobilização e Instalação do Canteiro de Obras.

Em 2002, foi realizado o desvio do curso do rio Grande para execução das Obras Civis nas áreas da Barragem, Vertedouro e Casa de Força. Nesse mesmo ano, foi concedida a Licença de Operação (LO) para a Usina Hidrelétrica do Funil e iniciado o enchimento do Reservatório com o fechamento do Túnel de Desvio.

A Usina abrangeu uma área em que estão situados seis municípios da região Sul de Minas Gerais e Campo das Vertentes: Lavras, Ijaci, Itumirim, Ibituruna, Bom Sucesso e Perdões. Mas cabe destaque às três comunidades que foram o objeto de pesquisa deste trabalho, denominadas de: Macaia, Pedra Negra e Ponte do Funil.

Macaia foi parcialmente atingida, já Pedra Negra e Ponte do Funil tiveram suas terras totalmente alagadas, desaparecendo as comunidades e assumindo um novo local depois da formação do reservatório.

A comunidade de Macaia era formada por pessoas com características culturais fortes e que mantinham sua renda através do trabalho braçal nas fazendas da região, com grande maioria na colheita de café que só acontece durante cinco meses do ano, mas que para muitos era a fonte de renda para todo o ano. Hoje as relações de trabalho passaram por muitas modificações, muitos vão para as cidades vizinhas trabalhar nas empresas e, ou em casas de família, escolas, etc.

Já na comunidade de Pedra Negra os membros possuíam costumes pacatos e, assim como a comunidade de Macaia, viviam basicamente da colheita do café e de outros serviços nas propriedades vizinhas; o arraial era um dos principais fornecedores de mão de obra agropecuária da região. Grandes proprietários da região davam ocupação a famílias inteiras, inclusive às crianças que começavam cedo na terra, para ajudar os pais. Observa-se que o processo de relocação da comunidade após a construção da Usina hidrelétrica modificou este cenário, pois agora os moradores pertencem à área urbana.

Cabe mencionar o relato de um atingido citando esse fato “Você tirou quase todos da roça e deu um serviço de carteira assinada” (Atingido de Pedra Negra 1).

A comunidade da Ponte do Funil está localizada no município de Lavras, é assim chamada porque foi construída num afunilamento do Rio Grande. Se tratando das suas relações de trabalho, alguns são comerciantes, empregadas domésticas e possui elevado número de artesãos e agentes culturais, que trabalham na confecção de balaios, de tecidos, pesca e agricultura, através de associações que foram criadas pelo consórcio empreendedor como forma de reativação econômica para as comunidades.

Para avaliação do acesso das políticas sociais nestas comunidades antes e depois da construção da UHE Funil, será utilizada neste trabalho a concepção de Hofling (2001), que as considera como conjunto de políticas que englobam a saúde, a educação, a previdência, a habitação, o saneamento, entre outras. O transporte também será considerado parte do rol dos direitos sociais, de acordo com o entendimento da Deputada Luiza Erundina de que os direitos sociais abarcam os aspectos relevantes da vida em sociedade. Além disso, foi aprovada a nova Emenda Constitucional 90/2015 que dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, introduzindo o transporte como direito social, publicada no DOU em 16 de setembro de 2015 (BRASIL, 2016).

Um fator primordial que a maioria dos entrevistados relata é que a infraestrutura das três comunidades era precária, e isso dificultava o acesso dos atingidos a determinadas

políticas sociais como educação, saúde, trabalho e transporte. Destacam que não possuíam acesso a tais serviços ou eram prestados de forma ineficiente pelo poder público.

[...] Ah eu acho que melhorou bastante, porque antes tudo era muito difícil, até transporte, antes tinha que atravessar de balsa... (Atingido de Macaia 7)

[...] porque antes as estradas nossas lá eram muito ruim, aumento o movimento, a circulação de carro lá, então agora tá muito melhor. (Atingido da Ponte do Funil 2)

[...] não tinha transporte coletivo diariamente, era estrada de terra batida, estrada de sinais, entendeu? (Representante do executivo de Ijaci 2)

Como os atingidos das comunidades viviam afastados das cidades e o acesso a elas era muito dificultado, por exemplo, em Macaia tinham que atravessar o rio de balsa, pagar por esse serviço, programar os compromissos de acordo com os horários da balsa, e também por ser um serviço incerto e inseguro, pois não era possível atravessar de balsa quando o rio estava cheio e, nesses casos, as pessoas tinham que atravessar de canoa ou pela linha de trem.

As crianças e jovens tinham dificuldade em terminar seus estudos, visto que nas comunidades só havia escola com ensino até a 4ª série e grande parte da população não possuía condições de se deslocar para as cidades vizinhas, que eram a cidade de Bom Sucesso, Ijaci, Perdões e Lavras. Todas as três comunidades citam esse fator, destacando que quase ninguém da comunidade conseguia se formar principalmente pelo fato desse difícil acesso.

[...] a vida era muito difícil, as coisas eram muito difícil lá... [...] tinha muita gente lá que veio terminar os estudos aqui porque lá tinha até a quarta série e o pessoal tinha que trabalhar, aí largava os estudos até na metade e ia trabalhar. (Membro de entidade representativa de Pedra Negra 3)

Após a construção do empreendimento hidrelétrico, houve a construção de diversas obras de infraestrutura nas comunidades, fator que possibilitou o acesso a maioria dos serviços sociais.

Todas as construções de infraestrutura foram realizadas pelo consórcio empreendedor, porém, em contrapartida, o Estado entrou com a sua responsabilidade de manutenção das obras e com iniciativas para que pudessem entrar em funcionamento.

A principal obra destacada pelos moradores foi a construção da ponte que liga Macaia ao município de Ijaci, atendendo uma demanda, principalmente, da comunidade de Macaia durante o processo de negociação da relocação. A ponte facilitou a vida dos moradores que antes tinham que atravessar o rio de balsa. De tal modo, os entrevistados entendem que a construção da ponte trouxe desenvolvimento para a região, visto que, hoje, os moradores tem a oportunidade de trabalhar e estudar nas cidades mais próximas, além de ter facilitado o acesso a serviços de saúde e aos postos de trabalho nas cidades vizinhas.

[...] a vida era muito difícil, as coisas eram muito difícil lá, então trouxe muitos benefícios até na parte que eu tô falando de infraestrutura, o bairro que a gente mora eu acho praticamente um dos melhores que tem aqui, um dos mais bonitos, mais organizado, e tem a parte da educação, que tem a prefeitura perto, tem o vereador pra você cobrar, então eu acho que isso aí é um benefício muito grande, ter uma escola pro seu filho estudar, porque tinha muita gente lá que veio terminar os estudos aqui porque lá tinha até a quarta série e o pessoal tinha que trabalhar, aí largava os estudos até na metade e ia trabalhar, então aqui tem a escola a noite, o pessoal pode frequentar, tem muitos também que já trabalham, adaptaram bem nas empresas, já trabalham tipo na Camargo Correa, então eu acho que benefícios. (Membro de entidade representativa de Pedra Negra 3)

A ponte é o cordão umbilical de tudo, porque a ponte dá acesso livre a população de Macaia sair pra Ijaci, Lavras, com mais facilidade né?! (Atingido de Macaia 9)

Após a construção, esse serviço passou por grandes mudanças, principalmente na Ponte do Funil, onde construíram uma escola estruturada com condições de ensino básico na nova comunidade, evitando que todos os alunos tenham que se deslocar para cidades vizinhas.

Na comunidade de Macaia já havia uma escola que passou por reformas, construindo uma quadra e melhorando as condições de estrutura, porém continua com o ensino limitado até a 4ª série que, depois de concluída, os estudantes vão para o município de Bom Sucesso finalizar os estudos, fato que passou a ser facilitado devido à melhoria no transporte público. Nesse caso, a prefeitura fornece um ônibus que leva e busca os alunos diariamente na comunidade.

Em Pedra Negra, como a comunidade foi realocada para o município de Ijaci que já possuía escola pública na época, o consórcio ajudou financiando obras que estavam inacabadas, melhorando a sua estrutura como um todo.

[...] a única contribuição que eles dão hoje é a parte educativa, no caso as crianças tem escola do lado da casa, não tem mais aquela divisão que tinha antes, como crianças que moravam em Lavras e estudavam em Perdões. (Atingido da Ponte do Funil 6)

[...] 100% de melhor em todos os aspectos, saúde, alimentação, emprego, serviço, qualidade de vida, educação, transporte, e tudo em qualidade de vida melhorou. Isso no meu ponto de vista... (Representante do CAHEF 4)

Educação melhorou bem porque aquelas pessoas que participa de estudo aqui favoreceu porque tem mais grau de estudo, lá não tinha, tinha que sair pra ir em Bom Sucesso estudar, e aqui eles tão tudo em casa aí, favoreceu nessa parte pra eles. (Atingido de Pedra Negra 6)

Assim como na educação, o acesso aos serviços de saúde também era precário, visto que não dispunham de serviços médicos na localidade e em casos de urgência não conseguiam chegar até a cidade mais próxima para serem atendidos.

[...] eles estavam lá e tinham difícil acesso a saúde, não tinha escola, não tinha mercado... (Representante do executivo de Ijaci 1)

[...] com toda a dificuldade que tinha de saúde, de acesso, de tudo, mais era lá que eles viviam, e sentiram bem essa questão emocional, sentiram muito. (Representante do CAHEF 1)

[...] você tem os remédios tudo que você precisa que o médico receita, vai no posto pega de graça todo mês, tem as agente de saúde que passa nas casas olhando, quase todo dia passa, entendeu? Pra mim não foi ruim coisa não. (Atingido de Pedra Negra 4)

Os entrevistados relatam que houve melhorias significativas no acesso à saúde nas três comunidades atingidas. Na comunidade da Ponte do Funil, foi construído um posto de saúde que não existia antes, com atendimento médico periodicamente. Já em Pedra Negra, os atingidos utilizam os serviços que já existiam na cidade de Ijaci, mas também existe um pequeno posto médico que oferece atendimento dentro da comunidade. Em Macaia também já existia um posto de saúde que passou por melhorias e tem atendimento médico diariamente. Ambas as comunidades passaram a ter acesso à oferta de medicamentos e a serviços de emergência que era muito dificultado antes da construção da Usina.

“Mas assim aqui a gente passou por muitas melhorias né, igual aqui tem coleta de lixo né, temos médicos que é o posto de saúde mais fácil, mais fácil ir pro trabalho, porque a maioria trabalha em Lavras. Fica bem mais fácil”... (Atingido de Pedra Negra 3)

Sobre as condições de trabalho, alguns entrevistados das comunidades de Macaia e Pedra Negra destacam que devido ao fato de não possuírem acesso ao transporte facilitado, as condições de trabalho também eram muito difíceis, muitos se viam obrigados a trabalharem no campo, pois não tinham acesso aos postos de trabalho existentes na região e com a construção da ponte, os entrevistados entendem que houve um desenvolvimento para a região, visto que, hoje, os moradores tem a oportunidade de trabalhar e estudar nas cidades mais próximas, além de ter facilitado o acesso a serviços de saúde e aos postos de trabalho nas cidades vizinhas.

O transporte foi totalmente reestruturado após o processo de relocação, principalmente através da construção da ponte que beneficia Macaia e Pedra Negra e também pela manutenção efetiva de estradas com obras de asfaltamento que aumentou o tráfego de ônibus em todas as três comunidades. Esse aumento foi possibilitado por intervenção do consórcio empreendedor principalmente pela construção da ponte e pelas melhorias nas estradas, mudanças que também facilitam o acesso aos demais serviços.

Ah eu acho que melhorou bastante, porque antes tudo era muito difícil, até transporte, antes tinha que atravessar de balsa, hoje praticamente você pega uma condução na sua porta e tem os pontos de ônibus, tudo mais fácil né, até pros idosos. (Atingido de Macaia 7)

[...] porque antes as estradas nossas lá eram muito ruim, aumento o movimento, a circulação de carro lá, então agora tá muito melhor. (Atingido da Ponte do Funil 2)

[...] não tinha transporte coletivo diariamente, era estrada de terra batida, estrada de sinais, entendeu? (Representante do executivo de Ijaci 2)

Um entrevistado da Pedra Negra e dois entrevistados da comunidade da Ponte do Funil veem essa questão do trabalho de maneira diferente, acreditam que o acesso ao trabalho era facilitado antes da construção da barragem, visto que muitos vendiam as frutas e verduras que plantavam e trabalhavam com a pesca.

Além dos fatores referentes ao acesso ao transporte, educação, saúde e trabalho, outro fator importante é em relação à habitação e ao saneamento básico. De acordo com os entrevistados, muitos atingidos não tinham acesso à moradia digna, vivendo em casas muito simples, de adobo e chão de terra batido, sem banheiros, sem saneamento básico, energia elétrica e fornecimento de água potável, evidenciando as más condições de vida que as pessoas viviam.

Veja bem, antigamente o pessoal não tinha, eram casas de estrutura mais simples, mais rudimentares, sem nenhuma condição sanitária, né? (Representante do CAHEF 4)

Bom, tinha muita casa velha, o pessoal ganhou as casas novinhas, independente dos defeitos da casa... (Atingido de Macaia 9)

[...] a questão era que a comunidade tava muito abandonada, entendeu? Não tinha estrutura, não tinha saneamento básico, não tinha postos de saúde, não tinha transporte coletivo diariamente, era estrada de terra batida, estrada de sinais, entendeu? (Representante do executivo de Ijaci 2)

Na comunidade do Funil observa-se que a questão das casas é ainda mais significativa, pois muitas pessoas não tinham habitação, trabalhavam e moravam nas propriedades dos grandes fazendeiros como sitiantes, meeiros ou agregados, não acessando os serviços de habitação que são assegurados pela Constituição Federal de 1988.

[...] Às vezes eu dormia na varanda de um rancho, vinha chuva, sabe? Aquela chuva caía pra um lado eu puxava o colchãozinho pra um lado, pro outro, aquela dificuldade... (Atingido da Ponte do Funil 1)

Esse fator também passou por grandes melhorias. A maioria das casas possui uma qualidade melhor, foram construídas com telhas e tijolos, com esgoto encanado, energia elétrica e toda a estrutura mínima para uma moradia de qualidade.

Veja bem, antigamente o pessoal não tinha; eram casas de estrutura mais simples, mais rudimentares, sem nenhuma condição sanitária, né? E hoje tá um conforto maior. Representante do CAHEF 4)

Às vezes eu dormia na varanda de um rancho, vinha chuva, sabe? Aquela chuva caía pra um lado eu puxava o colchãozinho pra um lado, pro outro, aquela dificuldade. Quando eu entrei dentro da minha casa eu disse: “- graças a Deus eu tô dentro da minha casa, né? Sei que aqui eu não vou tomar chuva”. Pra mim foi ótimo. (Atingido da Ponte do Funil 1)

Além das melhorias, em ambas as comunidades, mas em maior número na comunidade do Funil, os moradores foram abrangidos pelos chamados “casos sociais” – pessoas que não possuíam moradia, mas trabalhavam e moravam nas propriedades dos grandes fazendeiros como sitiantes, meeiros ou agregados foram incluídas nas negociações e ganharam uma casa, possibilitando a casa própria para muitos moradores.

[...] todo mundo, que de uma forma ou de outra ficava ali na ponte, que vivia ali, que pescava ali, dormia onde dormisse, foi atendido, foi chamado os casos sociais aí, eles ficaram bem, cada um tem a sua casinha. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 7)

[...] a assistente social foi lá em baixo e constatou que a casa era incompatível pelo tanto de filho que eu tinha, aí eles falaram que iam fazer outra casa pra mim que é essa, essa aqui tem quatro quartos, sala cozinha, a cozinha é pequena, mas, estamos planejando em aumentar e muitos pra mim tá ótimo a casa, pra quem nunca teve e nunca pensou em ter a própria casa, pra mim tá ótimo. (Membro de entidade representativa da Ponte do Funil 3).

É possível perceber, por meio dos relatos dos entrevistados, a precariedade no acesso aos serviços sociais que os moradores das comunidades de Pedra Negra, Ponte do Funil e Macaia tinham antes da construção do empreendimento, caracterizando situações de vulnerabilidade e baixa intervenção do Estado. Após o processo de relocação, esse fator passou por diversas melhorias, por meio de ações do consórcio empreendedor, que foram interpretadas pela maioria dos entrevistados como um dos principais “ganhos” advindos da construção, passando a ter acesso a direitos sociais possibilitados apenas após a construção do empreendimento.

Abordando a visão de desenvolvimento local e sustentável, voltado para o bem estar da sociedade civil, considera-se que o acesso às políticas sociais é fator primordial para o desenvolvimento local. Demonstrando essa perspectiva, Rotta e Reis (2007), acreditam que para haver sustentabilidade é preciso se ater para as necessidades e bem estar humano, incorporando visões que vão além do aspecto econômico, voltada para educação, saúde,

saneamento, habitação, água, ar puro e a proteção das belezas naturais. “É preciso mudar a qualidade do crescimento, fundando-o em aspectos mais sólidos de distribuição de renda e de superação das vulnerabilidades sociais”. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991).

Alinhada a essa compreensão, para Rotta et al (2006), as políticas sociais podem converter-se em mecanismos impulsionadores de processos de desenvolvimento na medida em que potencializam os arranjos produtivos locais pela habilidade produtiva das pessoas, pelo aumento das oportunidades de negócios, investimentos e espaços de trabalho, pela ampliação das capacidades criativas dos agentes, pela melhoria das condições de vida da população e pela criação de um ambiente favorável de crescimento econômico voltado para a equidade social.

Considerando essa visão, é possível identificar que o acesso aos serviços sociais contribuiu para o desenvolvimento dessas comunidades, visto que os moradores destacam que as diversas melhorias conquistadas após o empreendimento possibilitaram uma vida digna e confortável para a população, fator primordial para o bem estar social das pessoas.

Em que pese o acesso aos serviços sociais ser um fator positivo e propulsor de desenvolvimento, observa-se que devido ao fato do consórcio empreendedor ter realizado diversas melhorias estruturais que possibilitaram esse acesso nas comunidades, o empreendimento acabou deixando de promover outras ações mitigadoras voltadas para minimizar as perdas sociais, ambientais e econômicas que os atingidos sofreram após a implantação.

Tivemos que abrir mão de outras coisas. Então foi tipo uma chantagem, hoje em dia é assim, tudo que você vai falar eles falam que agente pediu a ponte, outro dia ainda falei, porque meu marido trabalha lá na Usina do Funil, outro dia veio um cara buscar e trazer ele pra fazer um exame médico aí eu perguntei ele cadê o forno que vocês iam fazer pra nós, ajudar nós a montar uma cooperativa das quitadeiras, aí ele falou “ ah, mais vocês pediram a ponte né”, aí eu falei “ ah, então nós vamos cobrar pedágio de lá e de cá pra poder montar alguma coisa, porque tudo que vai falar com vocês, agente abriu a mão de tudo por causa da ponte e a ponte serve pra todo mundo não é verdade?” (Atingido de Macaia 3).

Considerando que o Estado tem como responsabilidade articular um conjunto de políticas e instituições que garantam o bem-estar social dos indivíduos e grupos dentro da sociedade, observa-se que no caso das comunidades atingidas estudadas, o Estado não tem sido o único ator promotor dessas políticas. Antes mesmo da construção da UHE Funil, o Estado já era omisso em algumas questões sociais nessas comunidades, como a saúde. Após a implantação do empreendimento, observa-se que há uma transferência de responsabilidades do Estado para o consórcio empreendedor em relação ao acesso de políticas sociais, cobrada tanto pelos atingidos como também por representantes do poder executivo e legislativo dos municípios.

Reconhecendo que a oferta de serviços sociais é constitucionalmente responsabilidade do Estado, esta não pode ser compreendida como o único eixo a integrar as medidas mitigatórias do empreendimento hidrelétrico, já que se trata de uma responsabilidade do poder público.

Portanto, essas ações ainda adotadas pelo consórcio empreendedor, como manutenção das estradas que dão acesso as comunidades, distribuição de cestas básicas, pagamento de vale transporte para os trabalhadores da antiga Pedra Negra, caracterizam, segundo Meira (2012), estratégias de responsabilidade social empresarial, cujo foco está na estratégia de negócios e não na preocupação social com esses atingidos. Acredita-se, portanto que a melhoria no acesso às políticas sociais pelas três comunidades é resultado da ação de negociação com o objetivo de minimizar os danos causados aos atingidos pelo

empreendimento hidrelétrico, de modo que estes se contentem com o acesso a tais políticas sociais, atrelando isso com a vinda da barragem e conseqüentemente legitimando as atividades do consórcio empreendedor e inibindo qualquer resistência ao empreendimento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção da Usina Hidrelétrica do Funil (UHE Funil) promoveu grandes mudanças no desenvolvimento das comunidades atingidas. Considerando tais mudanças, esse trabalho buscou identificar se houve modificação no acesso aos serviços sociais dessas comunidades, realizando uma comparação de como era o acesso antes da construção e como ficou depois, a partir da avaliação dos entrevistados.

No ponto de vista dos entrevistados, as obras estruturais e o acesso às políticas sociais se deram depois da construção do empreendimento e é vista de maneira totalmente positiva, citada pela maioria dos atingidos como um dos principais benefícios que a usina trouxe para a região. Deixando claro que as comunidades antes de serem atingidas eram marginalizadas do acesso a direitos sociais básicos ou os serviços eram prestados de forma precária, como acontecia com o funcionamento das escolas na antiga região do Funil e na comunidade de Pedra Negra.

Depois da construção do empreendimento foram construídas obras estruturais que deram acesso a serviços sociais de saúde, educação, habitação, transporte público e trabalho. O acesso à saúde se deu através da construção e ampliação de postos médicos e a educação com a implantação e melhorias das escolas. As casas que antes eram totalmente desestruturadas sem as menores condições de conforto e higiene foram substituídas por outras feitas com telhas e tijolos, com esgoto encanado, energia elétrica e toda a estrutura mínima para uma moradia de qualidade. Outro fator citado como primordial foi a construção da ponte que liga a cidade de Macaia a Ijaci, que propiciou o acesso facilitado ao trabalho nas cidades vizinhas e viabilizou as condições de transporte público, também proporcionado pela melhoria nas estradas.

Esse acesso aos serviços sociais, possibilitado pela construção da UHE Funil, contribuiu para o desenvolvimento das comunidades, visto que foram ações voltadas para o bem estar coletivo. No entanto, constata-se que não promoveu totalmente o desenvolvimento sob a perspectiva local e sustentável, visto que não abrangeu uma interação dialógica envolvendo o poder público, a comunidade, o mercado e o terceiro setor, de forma a atender as demais necessidades da população atingida.

Ademais, observa-se que essas melhorias na infraestrutura realizadas pelo consórcio para melhorar o acesso aos serviços sociais fez com que a empresa atribísse esse fator como compensador para deixar de promover outras ações que poderiam beneficiar os atingidos de maneira significativa, deixando-os incapazes de cobrar outras ações como ações voltadas para o apoio em relação aos impactos sociais e ambientais nas comunidades e também responder a algumas demandas que não puderam ser atendidas e são consideradas importantes, como a construção de uma creche comunitária, que facilitaria que as mães pudessem sair para trabalhar.

Por fim, espera-se que o trabalho possa ter contribuído para a discussão acerca do acesso às políticas sociais no contexto da construção de empreendimentos hidrelétricos, visto que diante dos grandes impactos causados na vida desses atores, as medidas compensatórias tem grande importância para reestabelecer os meios e modos de vida das populações.

Vale destacar também que tais ações realizadas pelo grupo empreendedor são limitadas, pois há a necessidade de políticas públicas efetivas que garantam o acesso aos direitos sociais básicos que só podem ser garantidos com ações em longo prazo.

Alguns aspectos mereceriam maior investigação, ficando como sugestão para futuros trabalhos, maior aprofundamento no assunto, buscando incluir atores não envolvidos nessa pesquisa, além da necessidade de realizar um levantamento acerca das negociações realizadas entre o grupo empreendedor e o poder público, visto que esse foi um fator limitante para esta pesquisa, pois não foi possível ter acesso a tais documentos, impedindo maior aprofundamento em relação às responsabilidades que cada ator deveria cumprir para minimizar os danos causados aos atingidos.

Sugere-se também um trabalho que busque apreender a influência que a sociedade civil tem nesse processo de relocação, de modo a possibilitar a luta por políticas compensatórias efetivas e políticas públicas que minimizem efetivamente os danos causados aos atingidos.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, E. **Introdução à metodologia de pesquisa social**. Lavras: UFLA, 1999. 131 p.
- ALVES, J.E. **Sobre a territorialização das políticas sociais**. O exemplo do Programa Rede Social: entre a municipalização e a configuração de um modelo de governança de base local. Portugal. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/2121/1/Comunica%C3%A7%C3%A3o_II%20Encontros%20Portalegre_jo%C3%A3o%20em%C3%ADlio.pdf>. Acesso em: 13 out. 2016.
- BRASIL. **Banco de informações de gerações da ANEEL**. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br/aplicações/capacidadebrasil/capacidadebrasil.cfm>>. Acesso em: 22 nov. 2016.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- DOWBOR, L; POCHMANN, M. **Políticas para o Desenvolvimento Local**. [S.1]: Editora Fundação Perseu Abramo. 1ª edição. 2010.
- FERREIRA, P.; ALENCAR, E.; PEREIRA, J. R. **Gestão social de políticas públicas**: proposição de um modelo sob a ótica processual. In: PEREIRA, J. E. (Org.) *Gestão Social de políticas públicas*. Lavras: UFLA, 2011. p. 35-92.
- FIGUEIREDO, A. M. C. **Princípios de justiça e avaliação de políticas**. São Paulo: Revista Lua Nova, n. 39, p. 73-103, 1997.
- HOFLING, E. M. **Estado e políticas (públicas) sociais**. [S.1]: Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, nov. 2001.
- IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2001.
- IANNI, O. **Globalização: novo paradigma das ciências sociais**. [S.1]: Estudos Avançados, 1994. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v8n21/09.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2016.
- PASTORINI, A. **A categoria: questão social em debate**. São Paulo: Cortez, 2006.
- PERONI, Vera Maria Vidal. As parcerias público-privadas na educação e as desigualdades sociais. Caderno de Pesquisa: Pensamento Educacional. Curitiba, PR, Brasil. Vol. 4, n. 7, p. 139-160, jan-jun 2009.
- ROTTA, E. REIS, C. N. **Desenvolvimento e políticas sociais**: uma relação necessária. Porto Alegre: Revista Textos & Contextos. v. 6 n. 2 p. 314-334. jul./dez. 2007.
- ROTTA, E; FRAGA. C. K; PREUSS. L. T; AMES. M. A. C. **As políticas sociais como potencializadoras do desenvolvimento local-regional**. Porto Alegre: Revista Virtual Textos & Contextos, nº 5, nov. 2006.

- SILVA, A. M. **Barragens: controvérsias ambientais, sociais e simbólicas**. In: ENCONTRO LATINOAMERICANO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 3., 2007. **Anais...** Salvador: [s. n], 2007.
- SPANGER, U. **O Desafio na medição do bem estar**: controvérsias e propostas: o caso do IDH. Distrito Federal: IX Encontro Nacional da Ecoeco. Outubro, 2011.
- VAINER, C. B. **Conceito de atingido**: uma revisão do debate. In ROTHMAN, Franklin Daniel. **Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamentos e barragens**. Viçosa: UFV, 2008.
- VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- VELTMEYER, H. **Civil Society and Local Development**. INTERAÇÕES, Campo Grande, v. 9, n. 2, p. 229-243, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/inter/v9n2/a10v9n2.pdf>>. Acesso em: 13 mai. 2016.